



JORNAL O EDUCADOR E AS IDEIAS RENOVADORAS NAS LIÇÕES DA PROFESSORA PRIMÁRIA JULITA RIBEIRO (1921-1922)

  Ingrid Karla Cruz Biserra¹

  Jean Carlo de Carvalho Costa²

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor
Nome: Ingrid Karla Cruz Biserra
E-mail: ingridkarlacruz@gmail.com
Instituição Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Submetido: 08/03/2019

Aprovado: 18/06/2019

Publicado: 31/07/2019

 10.20396/rho.v19i0.8654885

e-Location: e019036

ISSN: 1676-2584

Checagem
Antiplágio



Distribuído
Sobre



RESUMO

O presente texto objetivou analisar as ideias pedagógicas do jornal O Educador (1921, 1922) a partir da atuação da professora primária do estado da Paraíba, Julita Ribeiro. Partimos do entendimento que a imprensa pedagógica foi espaço privilegiado de atuação e de formação docente. Era necessário instituir práticas pedagógicas renovadas. Essa imprensa foi um suporte material necessário ao projeto de renovação educacional. Nas suas páginas estavam inscritas as ideias pedagógicas, métodos de ensino, instruções, planos de aula e recursos gráficos, que fomentaram a discussão dos conhecimentos que visavam formar o professorado, especialmente o primário. Esse tipo de impresso foi instrumento de ação política dos/as intelectuais professores/as. Nas páginas de O Educador, especialmente na Seção Pedagógica, Julita Ribeiro veiculou planos de aula baseados nas Lições de Coisas e utilizou o impresso como repositório de instruções práticas para os/as docentes.

PALAVRAS-CHAVE Imprensa pedagógica. O educador. Ideias renovadoras. Lições de coisas.



JOURNAL O EDUCADOR AND THE RENEWING IDEAS IN THE LESSONS OF PRIMARY TEACHER JULITA RIBEIRO (1921-1922)

Abstract

The present text aimed to analyze the pedagogical ideas of the Journal The Educador (1921-1922) from the performance of the primary teacher of the state of Paraíba, Julita Ribeiro. We start from the understanding that the pedagogical press was a privileged space of action and also teacher training. It was necessary to institute renewed pedagogical practices. This press was a necessary material support for the educational renovation project. In its pages were inscribed pedagogical ideas, teaching methods, instructions, lesson plans and graphic resources, which fomented the discussion of the knowledge that aimed to form the faculty, especially the primary one. This type of form was an instrument of political action of the intellectual teachers. In the pages of The Educador, especially in the Pedagogical Section, Julita Ribeiro published lesson plans based on Lessons of Things and used the material as a repository of practical instructions for the teachers.

Keywords: Pedagogical press. O educador. Renovating ideas. Lessons of things.

DIARIO O EDUCADOR Y LAS IDEAS RENOVADORAS EN LAS LECCIONES DE LA PROFESORA PRIMARIA JULITA RIBEIRO (1921-1922)

Resumen

El presente texto objetivó analizar las ideas pedagógicas del diario El Educador (1921-1922) a partir de la actuación de la profesora primaria del estado de Paraíba, Julita Ribeiro. Partimos del entendimiento que la prensa pedagógica fue espacio privilegiado de actuación y de formación docente. Era necesario instituir prácticas pedagógicas renovadas. Esta prensa fue un soporte material necesario para el proyecto de renovación educativa. En sus páginas estaban inscritas las ideas pedagógicas, métodos de enseñanza, instrucciones, planes de clase y recursos gráficos, que fomentaron la discusión de los conocimientos que pretendían formar el profesorado, especialmente el primario. Este tipo de impreso fue instrumento de acción política de los/de las intelectuales profesores / as. En las páginas de El Educador, especialmente en la Sección Pedagógica, Julita Ribeiro vehiculó planes de clase basados en las Lecciones de Cosas y utilizó el impreso como repositorio de instrucciones prácticas para los / las docentes.

Palabras clave: Prensa pedagógica. O educador. Ideas renovadoras. Lecciones de cosas.



INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir de meados de 1870 intensificou-se o surgimento e a circulação de jornais e revistas explicitamente voltados a propósitos pedagógicos. (BASTOS, 2002; VILLELA, 2011). Essa imprensa especializada em educação adentrou as primeiras décadas do século XX sob a iniciativa de professores/as primários/as e/ou secundários/as, organizados em torno de associações, instituições escolares públicas e particulares ou por iniciativa das diretorias de Instrução Pública dos estados, e colaborou para a promoção e circulação dos conhecimentos pedagógicos, para a formação dos/as professores/as e para dar legitimidade ao grupo que dela fazia parte.

Principalmente desde a década de 1980 as pesquisas que utilizam como fonte esses impressos pedagógicos tomaram a cena nos estudos³ históricos em educação. Entendemos a imprensa pedagógica como espaço de produção, circulação e difusão de conhecimentos. Essa imprensa permite investigar questões relacionadas às disciplinas escolares, a história de diferentes sujeitos, como a criança e as mulheres, a história da infância, dos métodos de ensino e visualizar a configuração de uma maior organização dos professores/as enquanto grupo profissional.

Sobre a maior organização dos/as docentes enquanto grupo, Sousa e Catani (1994) observaram que em São Paulo o surgimento das revistas especializadas em educação, em fins do século XIX (sendo a primeira revista paulista voltada explicitamente para este fim datada em 1893 sob o título de A Escola Pública), coincidiu com as tentativas de organização da categoria do magistério que lutava, por exemplo, em prol da valorização profissional, das condições de trabalho, da questão salarial e da qualidade do ensino. Os impressos periódicos pedagógicos produziram saberes e indicaram práticas a serem efetivadas na escola primária. Essas prescrições e todo o repertório teórico que as envolvia terminaram por demarcar e atribuir identidade aos/as docentes do ensino primário.

Eles foram fundamentais para produzir e disseminar as ideias dos diversos setores da sociedade. A educação foi um importante setor que imbricado no projeto de nação que se pretendia, teve nos impressos periódicos pedagógicos dispositivos de divulgação de ideais. Acreditava-se, sobretudo, que a escola seria o lugar e o instrumento de formação da cidadania, de transformação do país e de inserção na modernidade. A efetivação dessas mudanças passava pela formação (vinculada ao Estado ou não) dos/as profissionais para exercer com eficiência a renovação das práticas escolares.

Aqui chegamos num ponto essencialmente importante. Era necessário renovar as práticas dos profissionais do ensino, prepara-los e ensina-los a usar as ideias renovadoras. Por ideias renovadoras precisamos compreender que não necessariamente são aquelas caracterizadas como pertencentes a gama de saberes do movimento da Escola Nova, como comumente esteve vinculada. Partindo do entendimento de que o novo é sempre situável no contexto histórico, no ideário filosófico, na teoria do conhecimento que os pressupõem, e no



método de ensino, defendemos a argumentação de que anterior e ao mesmo tempo concomitante, em certos momentos, às ideias renovadoras caracterizadas como pertencentes a Escola Nova, algumas proposições denunciaram a necessidade de mudança e construíram também elementos que chamariam ou foram denominados como novos.

Não defendemos a nomenclatura e o entendimento de uma escola nova única, mas de escolas novas. O repertório dessas escolas, cujo centro foi o estudo da infância, operou com disciplinas como a medicina, a psicologia, a biologia, a antropometria, a sociologia e a estatística para afirmar a aprendizagem ativa da criança por meio do método experimental e da atividade espontânea. Era necessário demarcar práticas para operacionalizar mudanças. Cada sujeito fez uma interpretação própria dos princípios e sobre como prescrevê-los nos modelos de aula. Utilizam conceitos ligados mais fortemente as escolas novas do início do século XX, mesclando-os com práticas vinculadas a modelos de ensino “anteriores” (foram concomitantes). Foi necessário “fundar o novo”, mas ao mesmo tempo conservou-se características do “velho”.

É importante ressaltar que incorporar no discurso “novos” elementos pedagógicos não implicou eliminar as matrizes epistemológicas e metodológicas anteriores. Junto às práticas já consolidadas, alguns elementos inovadores foram selecionados e apropriados. Foi priorizado nesse período o ensino por meio de lições a serem aprendidas pelos/as professores/as, embora ao mesmo tempo já se propagasse métodos considerados mais avançados.

Em meados da segunda metade do século XIX o sistema de ensino europeu estava sendo revisto. Procurava-se instrumentos para modificar o quadro educacional (mas não só ele, a situação econômica também): “[...] alunos com domínio insuficiente de leitura e escrita e com noções de cálculo insatisfatórias, principalmente pelo fato de alicerçar a aprendizagem exclusivamente na memória, priorizar a abstração, valorizar a repetição [...]” (VALDEMARIM, 2006, p. 90). Essas questões influenciaram as ideias educacionais no Brasil e diante desse cenário, na década de 1920, iniciava-se um movimento de renovação que atingiu as escolas normais no Brasil, lugares por excelência, de formação docente, e também outros lugares “autorizados” para formar o “novo” docente, como os periódicos pedagógicos.

Em fins do século XIX e início do XX, especialmente com as congregações de professores/as em associações e a manutenção de periódicos especializados em questões educacionais, cada vez mais a imprensa pedagógica tomava lugar enquanto formadora de opiniões e práticas dos/as docentes, inclusive, para os/as que já estavam atuando na área. Na Paraíba a imprensa pedagógica teve a seguinte trajetória com o tipo de impresso jornal: O Patriota (1903) – alunas da Escola Normal, A Gazetinha (1906) – grêmio literário Francisco Barroso, Lábaro (1908) – alunos do Liceu paraibano, Lyceum (1913) – professores e alunos do Liceu paraibano, Pio X (1915) – professores e alunos no colégio Pio X, O Educador (1921, 1922) – professores primários; O Progresso (1934) – alunos do grupo escolar Dr. Thomas Mindello, Evolução (1934-1936/1958-?) – vinculado inicialmente ao Instituto Pedagógico Campinense, O Estudante (1940) – alunos do Ginásio Diocesano de Patos.



Considerado como um dispositivo também educativo, por ele passavam leis, nomeações, romances, anúncios, textos científicos, poesias, debates políticos, educacionais, econômicos, enfim, a sociedade também circulava em suas páginas. Os jornais de natureza pedagógica, voltados para a educação, escrito por professores/as ou por alunos/as, divulgavam e propagavam mudanças, propostas, novos códigos de conduta, divulgavam trabalhos, modos de ensinar, as produções dos/as estudantes, os direitos da classe, etc. Variavam de acordo com os objetivos e o público a que se destinavam.

Nesse conjunto de impressos, nos chamou a atenção um impresso produzido por professores/as primários/as que não teve subsídio estatal para a sua manutenção e ainda assim circulou em algumas cidades do estado da Paraíba, contribuindo para a propagação de conhecimentos que poderiam auxiliar na formação dos/as professores/as. Foi com essa possibilidade epistemológica de pesquisa que esse texto objetivou analisar as ideias pedagógicas do jornal *O Educador* (1921, 1922) a partir da atuação da professora primária do estado da Paraíba, Julita Ribeiro. Organizamos a produção em dois momentos. No primeiro, abordamos aspectos relacionados a materialidade do impresso e no segundo, discutimos a versão das ideias renovadoras elaboradas pela professora Julita Ribeiro.

O EDUCADOR: ÓRGÃO DOS/AS PROFESSORES/AS PRIMÁRIOS/AS

O jornal é “[...] lugar de produção, veiculação e circulação dos discursos [...] tem a força de tornar coisas visíveis ou invisíveis, de criar efeitos de verdade e objetividade.” (VIEIRA, 2007, p. 16). Esse tipo de impresso periódico serviu como importante estratégia utilizada pelos intelectuais para disseminar seus ideais. Foi um dos principais veículos de circulação de ideias e de desenvolvimento de um campo intelectual e educacional.

Como parte desse conjunto de materiais, o jornal *O Educador* foi criado e mantido por professores/as do ensino primário público do estado e veiculava, entre outras questões, as ideias pedagógicas que se desejava disseminar. Teve sua primeira publicação em novembro de 1921 e a última em setembro de 1922, totalizando 41 números publicados. O fato desse jornal ter uma curta duração, 10 meses, pode estar atrelado à dificuldade em adquirir assinaturas ou mesmo em tê-las pagas em dia, o que ficou evidente numa nota veiculada no periódico: “[...] pedimos encarecidamente aos nossos presados assignantes do interior o obsequio de enviarem á direcção desse jornal as importancias de suas assignaturas do corrente anno.” (O EDUCADOR, 1922, p. 01).

Foi produzido por um grupo de professores/as, que embora não assinassem em nome do estado, tinham relações estreitas com a máquina estatal, pois alguns exerciam cargos públicos de destaque, como José Baptista de Mello⁴, diretor do grupo escolar dr. Tomas Mindelo; Sizenando Costa⁵, diretor do grupo escolar Epitácio Pessoa; José Batista Leite⁶, diretor do grupo escolar Antonio Pessoa; e Manuel Viana Júnior, diretor do grupo escolar Isabel Maria das Neves. Dito de outra forma, esse jornal não era porta-voz oficial no sentido



de ser mantido, subvencionado e “licenciado” pelo estado, das prescrições e debates pedagógicos dirigidos aos docentes. Esse jornal também não estava vinculado oficialmente a associação docente de professores primários, embora alguns membros que escreveram no impresso ao longo do seu ciclo de vida tivessem relações com a Associação de Professores Primários do estado. Ele veiculava notícias, informações sobre a situação educacional, matérias sobre temas diversos elementos ligados ao ensino e a sociedade de um modo geral, mas não tinha a característica de ser um órgão oficial da imprensa pedagógica do estado. No primeiro número destacou o seu propósito:

Os professores primários da nossa terra, num movimento digno de louvor, houveram por bem fundar esta folha semanal, não só para defesa dos direitos de sua classe, já bem numerosa, como também para disseminar no seio da mesma os ensinamentos pedagógicos. [...] Será um repositório do que fôr surgindo por ahí fora em materia de methodos e processos de ensino, um vulgarizador das verdades conquistadas pela pedagogia e também por esse novo e esperançoso saber – a pedologia. (BEZERRA, 1921, p. 01).

Como produto da cultura escrita de uma dada época e dispositivo de configuração de um público leitor (os/as professores/as), serviu como instrumento de formação de professores/as, e os saberes pedagógicos nele veiculados, em consonância com os ditames do movimento renovador, foram disseminados no estado como o ideário em que se desejava formar os/as docentes.

Analisamos o corpo redacional do jornal e observamos que no número 2, datado em 07 de novembro de 1921, o jornal indicou os integrantes da redação (todos os sujeitos da redação eram professores públicos e atuavam na área): diretor Eduardo de Medeiros⁷, secretário Manuel Casado, gerente Sizenando Costa, tesoureiro Manuel Vianna Junior, além de José Baptista de Mello, José Baptista Leite, João Vinagre e João Falcão. Essa organização foi modificada apenas na edição de nº 27, publicada em 6 de maio de 1922. Permanecem os mesmos sujeitos na redação, mas as suas funções mudam: Eduardo de Medeiros continuou como diretor, o secretário passou a ser José Batista de Mello, a função de gerente foi delegada a João Vinagre e a de tesoureiro a João Batista Leite. Os outros professores - Sizenando Costa, Manuel Casado, João Falcão e Manuel Vianna Junior, permanecem no corpo redacional, mas sem função específica. Todas as edições, exceto as de número 1, 22, 26 e 41, apresentaram no lado superior esquerdo da segunda página a descrição do corpo redacional do jornal.

A produção de um jornal passa pelo planejamento e elaboração de uma gama de recursos materiais distribuídos no suporte, percorrendo o caminho que vai da escolha do papel às ferramentas de impressão. O suporte, mediador da relação entre o leitor e o texto/conteúdo, é resultado de um conjunto de elementos que constituem o objeto gráfico. A materialidade foi agente de constituição do próprio campo pedagógico. Os dispositivos tipográficos têm, portanto, tanta importância, ou até mais, do que os “sinais” textuais, pois são eles que dão suportes móveis às possíveis atualizações do texto. Permitem um comércio perpétuo entre textos imóveis e leitores que mudam, traduzindo no impresso as mutações de horizonte de

expectativa do público e propondo novas significações além daquelas que o autor pretendia impor a seus primeiros leitores. (CHARTIER, 2009, p. 100).

Compreendendo que a materialidade é um aspecto importante da configuração do impresso, apresentamos a seguir alguns elementos que nos ajudaram a analisar esse jornal. A tiragem é um indicador significativo da repercussão e alcance que esse jornal atingiu, mas não conseguimos informações sobre quantos exemplares eram impressos. Esse periódico circulou na capital e em alguns municípios do estado. Numa nota publicada no impresso observamos que havia certa dificuldade para a circulação/distribuição do jornal no interior, talvez influenciada pela distância, o que ocasionava a não pontualidade na entrega, como exposto no jornal: “[...] pedimos encarecidamente [...] a todos assignantes em geral que não receberam com pontualidade esta folha, o grande favor de nos avisarem por escripto mandando nome e endereço.” (O EDUCADOR, 1922, p. 01). Poderia ser comprado apenas mediante assinatura semestral ou anual. Não há indicação no jornal sobre vendas avulsas. O jornal informava que a assinatura anual era 5\$000 e semestral 3\$000, mas não apresentou em suas páginas as listas de assinantes.

O Educador foi um periódico semanal composto por quatro páginas. Nas duas primeiras páginas ficavam situadas as matérias, e nas duas últimas os anúncios. Todas as edições, menos a última, tiveram esta organização. A edição final, de 7 de setembro de 1922, dedicada à comemoração do centenário da independência do Brasil, teve várias diferenças com relação as demais: foi uma publicação temática, apresentou seis páginas, não teve nenhum anúncio, e continha uma faixa transversal na primeira página, nas cores verde e amarelo. Este foi o único número do jornal a apresentar algum elemento colorido em suas páginas. A mancha gráfica de O Educador era subdividida em cinco colunas sem espaçamento em branco entre elas. Essa organização permitia diferentes combinações, mas na maioria das edições foi privilegiada a disposição dos textos na largura fixa das colunas.



Figura 1 - Primeira página da edição nº 1 do Jornal O Educador
Fonte: O Educador (1921).



Ele apresentava uma média de 9 a 22 textos por edição, distribuídos em algumas temáticas, como: Didática e Ensino – artigos que fazem menção a método de ensino, formas de ensinar, conteúdos escolares; Política, organização e funcionamento do ensino – textos mais relacionados à discussão sobre a educação nacional, as medidas educacionais do governo, a estrutura e funcionamento do ensino e das escolas, reclamações dos professores com relação à estrutura das escolas e aos salários, deveres e papel dos professores; Homenagem a sujeitos/ governo – textos que abordam uma figura ou governo em especial, na maioria dos casos enaltecendo os seus feitos; Documentos oficiais do governo – transcrição de documentos oficiais ligados à administração pública da educação; Informações diversas sobre a sociedade/educação – artigos variados sobre falecimentos, aniversários, casamentos, turmas concluintes, reuniões de associações, dados sobre o comércio, a indústria, a agricultura, os empréstimos, resultado de exames, impressões sobre festival artístico, política brasileira, informações diversas de outros países, sugestões de filmes no cinema da capital do estado, informações sobre abertura de estabelecimentos escolares ou não, notas de aviso sobre pessoas, viagens; Sobre o jornal – textos que tratam sobre a repercussão do jornal ou sobre a redação do mesmo; Reclamações sobre problemas da cidade – artigos que descrevem em tom de denúncia e reclamação problemas relacionados à estrutura da cidade, como saneamento e segurança; Religião – textos de cunho religioso ligados ao ensino ou não.

A partir da análise das informações acima, percebemos a ênfase em três categorias de textos: Informações diversas sobre a sociedade/educação, Política, organização e funcionamento do ensino e Didática e ensino. Observamos que ele foi um jornal em defesa da classe professoral, embora não destinado apenas a docentes, apresentando os problemas, desafios e possibilidades para melhorar a situação do professorado primário e da educação brasileira, e divulgador de informações sobre o estado, o país e o mundo no tocante à educação. Possivelmente o corpo redacional compreendia que para atingir os objetivos esperados era necessário educar outros grupos sociais, por exemplo, os pais e as mães dos/as alunos/as. Ainda assim, esse impresso fez parte da imprensa pedagógica, constituída por “[...] jornais, boletins, revistas, magazines, feita por professores para professores, feita pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, igreja [...]”. (BASTOS, 2002, p. 49).

É preciso destacar também que formar professores/as ultrapassa os limites da didática ou das metodologias. Implicava nesse impresso a consciência enquanto classe professoral e trabalhadora, que reivindica os seus direitos; a disseminação de informações relevantes da sociedade, como a programação cultural; a discussão de questões como feminismo, higiene e atualidades, debates pertinentes à sociedade da época e que perpassavam e ultrapassavam a ideia de escola, mas que estavam inclusos no conceito de “pedagógica”, que é, portanto, mais abrangente.

Sobre a maior organização dos docentes enquanto grupo, Sousa e Catani (1994) observaram que em São Paulo o surgimento das revistas especializadas em educação, em fins



do século XIX (sendo a primeira revista paulista voltada explicitamente para este fim datada em 1893 sob o título de A Escola Pública), coincidiu com as tentativas de organização da categoria do magistério que lutava, por exemplo, em prol da valorização profissional, das condições de trabalho, da questão salarial e da qualidade do ensino. Os impressos periódicos pedagógicos produziram saberes e indicaram práticas a serem efetivadas na escola primária. Essas prescrições e todo o repertório teórico que as envolvia terminaram por demarcar e atribuir identidade aos docentes do ensino primário. Eram, portanto, saberes pedagógicos importantes.

A variedade de textos (496 no total) estava articulada também às seções do jornal. Algumas não eram fixas e não aparecem de forma contínua nas edições publicadas. Ao longo do seu ciclo de vida O Educador publicou as seguintes seções: Sociaes, Varias, Pela Praça, Pelos cinemas, Vida Social, A Mulher, Funcionarios publicos, Paginas reaes, Actualidades, Rios da Parahyba, De leve, Bilhete postal, De meu recanto, Correspondencia intima, Expediente, Necrologia, Poemas (denominada assim por nós), Secção Pedagogica, Pagina Infantil, Secção Infantil, Hygiene Escolar.

As três últimas seções citadas acima foram voltadas especificamente para a prática pedagógica em sala de aula. A Secção Pedagogica foi veiculada em treze edições de O Educador. Estava circunscrita em torno destes principais agrupamentos de conhecimentos ou componentes da organização curricular da escola primária: o estudo da língua materna, o ensino do cálculo, da geografia e das ciências físicas e naturais. Esses componentes faziam parte do *corpus* desejável para os programas de ensino relacionados aquela fase da escolarização. Naquele momento a escola primária preocupava-se principalmente com o estudo da língua materna, do cálculo, da geografia, da história, do desenho, do canto, da ginástica, dos trabalhos manuais e da educação moral, esta última perpassando todos os outros componentes. Abaixo apresentamos quais foram os textos publicados nesta seção do jornal pedagógico e a autoria.

Quadro 1 - Edição, título e autoria dos textos da Secção Pedagogica do Jornal O Educador

(continua)

| Edição | Título | Autor/a |
|-------------------|--|---|
| Nº 2 – 07/11/1921 | Nomes ou substantivos e suas qualidades Physica – Gravidade | Julita Ribeiro Helena (da escola primaria) |
| Nº 4 – 21/11/1921 | Nomes próprios e communs collectivos O ensino de leitura pelo methodo analytico | Julita Ribeiro F. de Ascenção Cunha |
| Nº 6 – 05/12/1921 | Physica – Gravidade | Helena (da escola primaria) |
| Nº 7 – 12/12/1921 | Expressões substantivas, Substantivos primitivos, e derivados, Synonymos e Antonymos | Julita Ribeiro |
| Nº 9 – 17/01/1922 | Ensino de leitura nas cartilhas | Sem autoria |



Quadro 1 - Edição, título e autoria dos textos da Secção Pedagógica do Jornal O Educador

(conclusão)

| | | |
|--------------------|---|-------------------------|
| Nº 13 – 13/02/1922 | Arithmetica Verbo. Sujeito do verbo | Darin Julita Ribeiro |
| Nº 14 – 20/02/1922 | Geographia – O episodio da Independencia e suas relações geographicas | Sem autoria |
| Nº 15 – 02/03/1922 | Numeração | Julita Ribeiro |
| Nº 16 – 09/03/1922 | Numeração | Julita Ribeiro |
| Nº 18 – 23/03/1922 | Numeração | Julita Ribeiro |
| Nº 19 – 30/03/1922 | Historia natural – Reinos da natureza | Julita Ribeiro |
| Nº 22 – 27/04/1922 | Historia Natural – Classificação dos animaes | Julita Ribeiro |
| Nº 37 – 03/08/1922 | Sciencias physicas e Naturaes – Hydrostatica | Da escola primaria E.B |

Fonte: Autoria própria (2019).

Julita Ribeiro foi a autora da maioria dos textos publicados nessa seção do jornal. Das 13 edições da Secção Pedagógica ela publicou em 9, o que demonstra um provável engajamento em redes de sociabilidade e/ou a relevância das suas ideias na Paraíba. Professora formada na Escola Normal em 1912, ela fundou com os professores Sizenando Costa e Maria Isabel Dantas o Grupo Escolar Thomas Mindello em 1916 e foi docente da primeira cadeira mista desta instituição. Exerceu o magistério também como lente de Língua Portuguesa no Liceu Paraibano (1918), na Escola Normal (cadeira de Pedagogia e Didática) e no Colégio Nossa Senhora das Neves. (SANTOS; NUNES, 2009).

Na imprensa pedagógica ela publicou dez textos no jornal O Educador (1921, 1922) veiculando lições variadas sobre assuntos do ensino primário e três textos na Revista do Ensino (1932-1942). Os textos da Revista do Ensino assinados por Julita seguem a mesma temática e estilo da autora ao longo de outras publicações. É possível perceber que Julita Ribeiro circulou em vários espaços. Cada um deles – e a relação entre eles, pode nos oferecer elementos para analisar o protagonismo feminino, a trajetória e as redes que justificam ou nos auxiliam a compreender os caminhos e a projeção dessa professora. Não é o objetivo desse texto, mas vale ressaltar que não podemos subestimar as estruturas de sociabilidade presentes no meio intelectual, onde “[...] os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora. A linguagem comum homologou o termo ‘redes’ para definir tais estruturas.” (SIRINELLI, 2003, p. 248). Elas estão, por exemplo, na participação em jornal, revista, conselho, associação, partido, cafés, clubes.

Segundo Santos e Nunes (2009), que analisaram a adesão das ideias da professora ao método intuitivo, ela buscava romper com algumas práticas de ensino realizadas nos grupos escolares, buscando metodologias para facilitar esse processo. A seguir discutimos alguns dos seus artigos publicados no jornal pedagógico O Educador.



AS LIÇÕES DA PROFESSORA JULITA

Em meados do século XIX, a renovação das práticas pedagógicas foi propagada por vários sujeitos, que baseados nas ideias de Comênio, Rousseau, Froebel e Pestalozzi - para citar alguns, modificavam a concepção sobre o conhecimento e isso implicava em mudanças na instrução. Foi um momento em que as preocupações com a criança, a infância e a escola estavam sendo revistas. Uma nova perspectiva, em contraponto àquela baseada no verbalismo, na repetição e na memorização, ficou conhecida como método de ensino intuitivo, lições de coisas, ensino pelo aspecto ou método objetivo.

O método de ensino intuitivo, assim como os métodos ativos propugnados pela escola nova, faziam parte da modernidade pedagógica que emergiu em fins do século XIX. São, portanto, considerados por nós como métodos renovadores. Buscaram, cada um com o seu repertório teórico e prático, romper com o passado educacional pautado no ensino livresco, memorialístico, sem relação com os/as estudantes e baseado apenas na transmissão (pelo/a professor/a) e assimilação dos conhecimentos (pelos/as alunos/as). Entendemos o ensino intuitivo como um método que baseado numa teoria do conhecimento, e sob demandas sociais específicas, incitou e provocou mudanças que à época se tornaram renovadoras, embora a pedagogia da escola nova tenha, em muitos casos, negligenciado o legado do ensino pelas lições de coisas.

No Brasil, esse método de ensino foi prescrito para a escola normal na Reforma Leôncio de Carvalho (1879), citado nos pareceres de Rui Barbosa (1882) com a crítica ao verbalismo na educação, e presente na introdução das disciplinas de educação física, ginástica e de higiene escolar nos currículos, principalmente no âmbito das escolas normais. O jornal *O Educador* veiculou em treze edições na Seção Pedagógica textos que remetem ao método de ensino intuitivo ou lições de coisas. A professora Julita publicou noções ligadas ao ensino da língua, a matemática e a ciências naturais. Nesses textos, é possível perceber elementos que denotam o ensino intuitivo. Vejamos o primeiro texto dessa seção:

Pela primeira vez vamos falar aos pequenos sobre substantivos:

- Tudo que vemos, que ouvimos, que pegamos, que sentimos, é um ser, existe.

- Maria, um gatinho é um ser?

- E' sim, porque eu pego, vejo, porque existe.

- Muito bom; e você, Zizi, também existe?

- Existo, sou um ser.

- Estas carteiras, a mesa, o globo, os quadros, o giz, também são cousas possíveis de ver, de pegar?

Pois bem, os nomes por por outra, as palavras que designam todas as pessoas, todos os animaes, todas as plantas, todos os logares, são substantivos.

[...]

Dadas estas noções, facilmente obteremos dos pequenos definições seguras de substantivos, adjectivos, etc. [...]. (RIBEIRO, 1921b, p. 02).

Neste trecho, o procedimento metodológico da professora diz muito sobre os objetivos e o método de ensino. Julita Ribeiro movimentou a sua explicação do concreto para o abstrato,



ou seja, dos sentidos ao conceito no nível da abstração. Essa é uma característica essencial do método, que também foi chamado de ensino pelo aspecto, e utilizava os sentidos como ferramenta principal pois entendia que “[...] ensinar parte do simples para o complexo; do que se sabe, para o que se ignora; dos fatos, para as causas; das coisas, para os nomes; das idéas, para as palavras; dos princípios, para as regras.” (CALKINS, 1886, p. 03).

Uma das referências essenciais sobre esse método é o manual didático de Calkins, *Lições de Coisas* (1886). Nele o autor expôs os princípios e lições que auxiliariam o professor e os pais (ensino doméstico dos sentidos) a romper com a execução pura e simples da memória, da imposição de conteúdos e da ênfase na abstração, e exercer como primado os sentidos, afinal, “[...] e pelos sentidos que nos advem o conhecimento do mundo material. Os primeiros objetos onde se exercem as nossas faculdades, são as coisas e os phenomenos do mundo exterior.” (CALKINS, 1886, p. 16).

O método de ensino dava prioridade à atividade intelectual e buscava romper com a lógica do ensino baseada na repetição e memorização sem nenhuma ligação com os sentidos a partir dos objetos. A compreensão era a de que a comunicação com o mundo exterior se dava pelas sensações, percepções e imaginação. Por isso deve-se cultivar na criança a observação, “[...] ensinando-o igualmente a agrupar as coisas semelhantes entre si. Esses hábitos – a lucidez no perceber, a fixidez no atender, o escrúpulo no observar, a promptidão no classificar [...]” serão importantes para noções futuras. (CALKINS, 1886, p. 17).

Buscando instigar a educação intelectual, os colóquios instrutivos com objetos, coisas e fatos de interesse da criança, que partiam do simples para o complexo, baseavam-se no entendimento de que primeiro deveriam vir as coisas, depois os conceitos. O professor/a deveria induzir os/as alunos/as a exercer os cinco sentidos por meio dos objetos (palpáveis ou figuras sobre os mesmos). Vejamos outra lição de Julita Ribeiro, agora sobre verbo e sujeito do verbo:

A noção de verbo e sujeito pode ser dada mui facilmente e ao alcance de qualquer criança. O professor apresentará uma estampa que represente um menino com um feixe de lenha.

- Reparem bem esta figurinha. Que faz o menino?
- O menino carrega um feixe de lenha.
- Então Joanninha, quem é que carrega um feixe de lenha?
- O menino.
- Que faz o menino Raul?
- Carrega um feixe de lenha.
- E um menino só pode fazer isso?
- Não; um menino pode fazer tanta coisa...
- Bem; vamos dizer mais algumas coisas que um menino póde fazer. Diga lá, Rosinha.
- O menino estuda a lição. O menino veste calças. O menino brinca no pateo, etc. etc.
- Você, Lucia, diga-me o que pode fazer um gatinho.
- O gatinho mia.
- O gatinho come ratos. [...]. (RIBEIRO, 1922b, p. 02).



A professora utiliza inicialmente a figura de um menino segurando um feixe de lenha e induz os/as alunos/as por meio da educação do olhar, para que eles/as observem, descrevam e por fim compreendam o que é verbo e sujeito do verbo. As palavras em itálico foram assim marcadas pela professora a fim de chamar a atenção do leitor/a para o que é um verbo e qual é o sujeito do verbo.

Em determinados momentos das lições, durante o desenvolvimento (se apresentavam entre parênteses) ou ao final, há instruções ao professor, orientações semelhantes as utilizadas por Calkins no seu manual didático, em que as intitulava de “conselhos ao mestre”. Na lição citada acima, Julita Ribeiro finaliza advertindo: “Todas as frases formadas pelos alunos serão escriptas, para que elles distingam bem o facto o que faz o sujeito (verbo) e a pessoa, animal ou coisa que faz o que o verbo exprime (sujeito).” (RIBEIRO, 1922b, p. 02).

Algumas dessas instruções remetem a preocupação com a necessidade de adequar as atividades as etapas do desenvolvimento da criança, ou seja, o/a professor/a deve observar em que momento o/a aluno/a se encontra para conduzir as suas aulas. Como afirmou Calkins (1886, p. 05) “[...] cumpre que o preceptor tome o ensino precisamente do ponto onde se acha o alumno ao encetar a vida escolar, e adeante-lhe o espírito passo a passo, de grau em grau de instrução.” Em determinados momentos Julita Ribeiro indica isso aos/as leitores/as.

Na lição Nomes propios e communs collectivos, ela reconheceu que “[...] embora autores de merito incontestavel tratem aqui de substantivos abstractos e concretos, acho, entretanto, que não se devem dar estas noções na classe de 1º grau.” (RIBEIRO, 1921c, p. 01). Após isso, a professora sugeriu que os substantivos abstratos e concretos “[...] serão materia para o 2º ou 3º graus, quando a criança já estiver raciocinando melhor, ou com as idéias, sobre a gene realidade dos substantivos mais desenvolvidas.” (RIBEIRO, 1921c, p. 01). Percebemos aqui a preocupação para que os conteúdos estivessem adequados as determinadas fases do desenvolvimento das crianças. Essa prescrição da docente demonstra também que o conteúdo ou a forma dele ser executado na sala de aula sofria adaptações, isto é, os/as professores/as usavam as táticas que lhes eram mais adequadas para determinada classe do ensino primário.

Em outra lição publicada, agora sobre sinônimos e antônimos, a professora primária sugere que “[...] sem falarmos em synonymos e antonymos, que são matéria para o 2º e 3º gráus, podemos entretanto, fazer com que os pequenos do 1º grau, exercicios, (somente com palavras no livro de leitura) que servem para facilitar depois o conhecimento de taes assumptos.” (RIBEIRO, 1921a, p. 02). Há uma preocupação com os conteúdos que ainda serão objeto em outros graus. O/A docente não é impedido de introduzir determinados conhecimentos que favoreçam a apropriação de elementos em situação posterior. Pelo contrário, determinados exercícios favorecem “[...] uma certa animação na classe, desenvolvem a memoria, o raciocínio das criancinhas, preparando-as desde cêdo, para conhecimentos mais amplos.” (RIBEIRO, 1921a, p. 02).

Na citação acima, retirada da lição Synonymos e Antonymos, a exposição da docente ao afirmar que determinados exercícios incitam “uma certa animação na classe”, indica um outro elemento relacionado aos princípios fundamentais das lições de coisas. Característica da infância, a excitação e a animação era natural e deveria ser incentivada. Ao passo que a animação e a



motivação dos/as alunos/as são importantes, também é essencial fixar a atenção dos/as mesmos/as. Conforme Calkins, “[...] o mais natural e saudável incentivo para obter, entre crianças, a atenção e a aquisição de conhecimentos, é associar a recreação ao ensino.” (CALKINS, 1886, p. 02).

Em Numeração, lição veiculada em três passos e durante três edições do jornal, Julita utilizou o envolvimento da turma como atributo para incentivar a criatividade, a animação e prender a atenção dos/as alunos/as. Vejamos a seguir:

- Quantos lapis tenho na mão?
 - Nenhum lapis.
 - Quantos copos há nesta sala?
 - Nenhum copo.
- (Prossiga o mestre em varias perguntas, que suscitem respostas como as precedentes).
- Vou fazer no quadrado preto uma figura, um sinalsinho, que mostra que não traçamos nenhum risquinho na pedra, que não há nenhum copo nesta sala, que eu não tenho nenhum lapis, etc. (O professor traçará um zero). O que representa esta figurinha?
 - Nenhum lapis, nenhum risco, etc...[...]
 - Levante um bracinho, Maria.
- Todos mostrem um dêdo, um lapis, uma carteira...Ponha se de pé, Lulú.
- Quantos meninos estão de pé.
- Um menino.
 - Quantos estão sentados? [...]
 - Quantos pés tem uma gallinha?
 - Dois.
 - Quantos braços vocês tem, Lulú?
 - Dois braços. [...]
 - Raul, reparta estes dois lapis por dois meninos. Quantos lapis deu a cada menino?
 - Um lapis. [...]. (RIBEIRO, 1922a, p. 02).

Envolver a turma com perguntas, respostas e com pequenas situações problemas tornam as aulas mais envolventes e atrativas. As crianças se animam ao acertar as respostas e aos poucos adquirem mais confiança no que aprenderam e no esforço que fazem para isso. (CALKINS, 1886).

Um dos aspectos desse método é expor o conteúdo das lições fazendo perguntas e respostas com o objetivo de “[...] despertar o interesse da criança por meio de perguntas que propiciem oportunidade para o exercício do julgamento, instruindo pelas próprias coisas e não acerca das coisas.” (VALDEMARIN, 2006, p. 101). Isso parte da premissa de que o conhecimento não deve ser apenas transmitido pelo/a professor/a, memorizado e copiado pelo/a aluno/a.

Ainda queremos destacar que o modo como esses textos foram apresentados no jornal dizem sobre a própria noção de pedagogia que estava a eles imbricados. Entendendo o impresso como suporte material de modelos pedagógicos, Marta Carvalho ao analisar manuais didáticos e revistas pedagógicas, estabeleceu categorias para pensar os modelos e saberes vinculados nesses impressos destinados aos/as professores/as. Uma delas refere-se as prescrições que eram pautadas numa concepção específica de pedagogia moderna, aquela



relacionada a uma pedagogia prática. A produção de visibilidade das práticas consideradas exemplares, era uma estratégia para reproduzir um modelo escolar que entendia que ensinar a ensinar era fornecer bons moldes. Na configuração material do impresso, ele foi denominado de modelo caixa de utensílios. (CARVALHO; TOLEDO, 2015).

[...] ensinar é prática que se materializa em outras práticas; práticas nas quais a arte de aprender formaliza-se como exercício de competências bem determinadas e observáveis em usos escolarmente determinados. Essa pedagogia como arte confere aos impressos de uso escolar um papel e um lugar específicos. Como artes de saber-fazer-com, ensino e aprendizagem são práticas fortemente atreladas à materialidade dos objetos que lhes servem de suporte. As práticas que se formalizam nos usos desses materiais guardam forte relação com uma pedagogia em que tal arte é prescrita como boa imitação de um modelo. Os incontáveis roteiros de lições divulgados em revistas dirigidas a professores têm as marcas dessa concepção pedagógica. (CARVALHO, 2001, p. 142).

Finalizamos esse texto destacando que essa seção foi mais um conjunto de prescrições práticas do que textos que se propuseram a pensar a teoria. Se configuravam como um “[...] repertório de regras comuns, simplificadas, que podem ser entendidas, memorizadas e repetidas por todos os leitores de modo a participarem [...] das inovações pretendidas.” (VALDEMARIM, 2006, p. 21). Com o entendimento de que para ensinar a aprender era necessário ter visto fazer (CARVALHO, 2001), esta seção do jornal forneceu lições de conteúdos variados como modelos para influenciar as práticas dos/as professores/as leitores/as.

A intelectualidade representada pelos/as professores/as nesse período, produziu maneiras próprias de atuação e de formação docente. Por meio da imprensa pedagógica como lugar de divulgação dos projetos de professores/ as e como canal de produção e divulgação das ideias renovadoras, eles/as andaram entre as prescrições teóricas e práticas, demarcando lugares e angariando espaços. Julita Ribeiro, mulher e professora que circulou por alguns espaços ligados à imprensa, contribuiu para a divulgação do método de ensino intuitivo como metodologia a ser praticada pelos/as docentes.

As formas como leram a teoria e vivenciaram-na na prática, foram responsáveis pelas alterações que nela fizeram e publicaram para servirem de modelo de formação. O Jornal O Educador foi um desses espaços. Os intelectuais que dele participaram, como Julita Ribeiro, criaram um campo intelectual em que produziram e circularam suas representações em processos de seleção visíveis ou não, com vistas a criar valores a serem aprendidos por seus/as leitores/as. O discurso renovador que se instaurou nas últimas décadas no século XIX e adentrou o século XX sob o signo de Escola Nova não rompeu totalmente com as metodologias didáticas anteriores, a exemplo do método intuitivo e da teoria empirista que a pressupôs. O método intuitivo buscou também, a sua maneira, pensar sobre uma escola nova. As lições da professora Julita Ribeiro são demonstrações de como a teoria foi colocada em prática e prescrita para formar outros/as docentes.



REFERÊNCIAS

BASTOS, M. H. C. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). *In*: BASTOS, M. H. C.; CATANI, D. B. (org.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 47-75.

BEZERRA, A. Em prol da instrução. **Jornal O Educador**, Parahyba, ano I, n. 1, p. 1, nov. 1921.

CALKINS, N. A. **Primeiras lições de coisas**: manual de ensinamento elementar para uso dos pais e professores. Tradução de Rui Barbosa. 40. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

CARVALHO, M. M. C. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. *In*: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. (org.). **Brasil 500 anos**: tópicos em história da educação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 137-164.

CARVALHO, M. M. C.; TOLEDO, M. R. de. A. A imprensa periódica paulista como dispositivo de configuração do campo dos saberes pedagógicos (1893-1927). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8., 2015, Maringá. **Anais** [...]. Maringá: UEM, 2015. p. 1-15.

CHARTIER, R. Do livro à leitura. *In*: CHARTIER, R. (dir.). **Práticas da leitura**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

O EDUCADOR. **Jornal O Educador**, Parahyba, ano I, n. 1, p. 1, 01 nov. 1921. 1 figura.

O EDUCADOR. **Jornal O Educador**, Parahyba, ano I, n. 20, p. 1, 07 abril 1922.

RIBEIRO, J. Expressões substantivas. Substantivos primitivos e derivados. **Jornal O Educador**, Parahyba, ano I, n. 7, p. 2, 12 dez. 1921a.

RIBEIRO, J. Nomes ou substantivos e suas qualidades. **Jornal O Educador**, Parahyba, ano I, n. 2, p. 2, 07 nov. 1921b.

RIBEIRO, J. Nomes próprios e communs collectivos. **Jornal O Educador**, Parahyba, ano I, n. 4, p. 2, 21 nov. 1921c.

RIBEIRO, J. Numeração. **Jornal O Educador**, Parahyba, ano I, n. 15, p. 1, 02 mar. 1922a.

RIBEIRO, J. Verbo. Sujeito do verbo. **Jornal O Educador**, Parahyba, ano I, n. 13, p. 2, 13 fev. 1922b.

SANTOS, E. L.; NUNES, M. L. da. S. Julita Ribeiro: reflexões sobre as lições de coisas (1921-1922). *In*: MACHADO, C. J. dos.; NUNES, M. L. da. S. (org.). **Educação e educadoras na Paraíba do século XX**: práticas, leituras e representações. João Pessoa, Editora Universitária - UFPB, 2009. p. 75-90.



SIRINELLI, J. F. Os Intelectuais. *In*: RÉMOND, R. (org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-270.

SOUSA, C. P. de.; CATANI, D. B. A imprensa periódica educacional e as fontes para a história da cultura escolar brasileira. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 37, p. 177-183, 1994. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/71310/74315>. Acesso em: 04 mar. 2016.

VALDEMARIN, V. T. O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. *In*: SAVIANI, D. (org.). **O legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 85-132.

VIEIRA, C. E. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em história da educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. *In*: OLIVEIRA, M. A. T. de. (org.). **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11-40.

VILLELA, H. de. O. S. O mestre-escola e a professora. *In*: LOPES, E. M.; FARIA FILHO, L. M. de.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 95-134.

Notas

¹ Graduação em Pedagogia, Mestrado em Educação e Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora substituta do Departamento de Metodologia da Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus I. É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação - GT Paraíba (HISTEDBR-PB) e do grupo História das Instituições e dos Intelectuais da Educação no Brasil, da PUC/ SP. Contato: ingridkarlacruz@gmail.com

² Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Estágio Pós-Doutoral Sênior no Instituto de Educação, na área de História da Educação, na Universidade de Lisboa (UL), no biênio 2015/2016. Professor associado III, na área de Sociologia da Educação, no Departamento de Fundamentação da Educação (Centro de Educação) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Desenvolve pesquisas sobre História Intelectual e dos Intelectuais, História Conceitual, Teoria e História da Educação. Contato: jeancosta@yahoo.com.br

³ Países como França e Portugal têm uma tradição de pesquisa pautada no mapeamento, organização e conservação desses acervos. Os estudos coordenados por Pierre Caspard e Penélope Caspard (1997), na França, sobre a produção da imprensa pedagógica entre 1815-1939 como formação contínua de professores primários; e os trabalhos de Nóvoa (1993), em Portugal, que organizou um repertório das publicações periódicas portuguesas na área de educação e ensino entre os séculos XIX e XX, contribuíram para o mapeamento e a sistematização de elementos teóricos e metodológicos relacionados aos impressos pedagógicos. No Brasil, citamos como exemplo de importantes estudos em âmbito nacional os trabalhos doutorais de: Catani (1989), que se debruçou sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918), analisando o ciclo de vida desse periódico a partir do olhar sobre a organização, a formação e o trabalho dos professores/as paulistas naquela associação, entidade em defesa da categoria do magistério, criada em 1901, e responsável pela elaboração da Revista; Bastos (1994), que analisou a articulação entre o projeto de reconstrução nacional do Estado Novo e a proposta pedagógica da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942), focando na questão do novo e do nacional nesse periódico; Biccás (2001), que estudou a Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940) como estratégia de formação de professores pautando-se em três eixos: no suporte, nos próprios textos e na apropriação nas práticas. Essas três pesquisadoras desenvolveram nos anos que se seguiram projetos, orientações e pesquisas, que contribuíram para a ampliação dos estudos sobre o tema.



⁴ José Baptista nasceu no município de Teixeira-PB, em 1895, e faleceu em João Pessoa em 1973. Formou-se para o magistério na Escola Normal Oficial do Estado da Paraíba do Norte. Foi professor primário em grupos escolares, diretor do grupo escolar Thomas Mindello (1931), diretor do ensino primário do estado (1931-1935), professor da Escola de Aperfeiçoamento de Professores (1934) e patrono da cadeira nº 39 do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Além disso, fez parte da Sociedade dos Professores Primários, criou a coluna Escola Nova num jornal de grande circulação no estado, A União, foi membro do corpo redacional do jornal O Educador e diretor da Revista do Ensino. Autor de algumas obras, como Evolução do ensino na Paraíba (1936).

⁵ Sizenando Costa fez parte da diretoria da Sociedade dos Professores Primários entre 1917-1919 exercendo as funções de arquivista e orador. Foi Diretor da Instrução Pública no período de 1916 a 1918, membro do corpo redacional do jornal O Educador (1921, 1922), professor no Grupo Escolar Thomás Mindello, diretor do Grupo Escolar Epitácio Pessoa, professor da cadeira do sexo masculino nessa instituição, professor da escola noturna Cardoso Vieira, e da cadeira de geometria no Liceu Paraibano. Participou da organização das Semanas Pedagógicas, exerceu os cargos de diretor geral da instrução pública (1926), inspetor geral do ensino e diretor da sessão de estatísticas educacionais na década de 1930. Escreveu na Revista do Ensino, no Boletim da Educação e no Jornal A União.

⁶ Não identificamos informações suficientes sobre este professor, além dos professores Manuel Viana Júnior, João Vinagre, Manuel Casado e João Falcão.

⁷ Formado na Escola Normal do estado, Eduardo de Medeiros foi editor do jornal Correio da Serra em 1907, na cidade de Areia-PB, professor primário, vice-presidente da Sociedade dos Professores Primários da Paraíba (1917-1918), inspetor geral do ensino, diretor do jornal O Educador durante o seu ciclo de vida (1921-1922), e primeiro diretor da Diretoria do Ensino Primário, criada na Paraíba em 1931, inspetor dos estabelecimentos de ensino secundário no estado.